

RELATÓRIO E CONTAS 2006



APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Conselho de Administração	1
Governo de Sociedade	3
1. Actividade Portuária	11
1.1. Movimento de Navios	11
1.2. Movimento de Mercadorias	12
1.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga	12
1.2.1.1. Carga Geral Fraccionada	13
1.2.1.2. Granéis Sólidos	14
1.2.1.3. Granéis Líquidos	15
1.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal	15
1.2.2.1. Terminal Norte	15
1.2.2.2. Terminal Sul	16
1.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos	16
1.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações	16
1.3. Sector das Pescas	18
1.3.1. Porto de Pesca Costeira	18
1.3.2. Porto de Pesca do Largo	18
2. Investimentos	19
3. Concessões	20
3.1. De Prestações de Serviços	20
3.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.	20
3.1.2. TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.	20
3.1.3. Navalria, S.A.	20
3.2. De Uso Privativo	20
3.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	20
3.2.2. BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	21

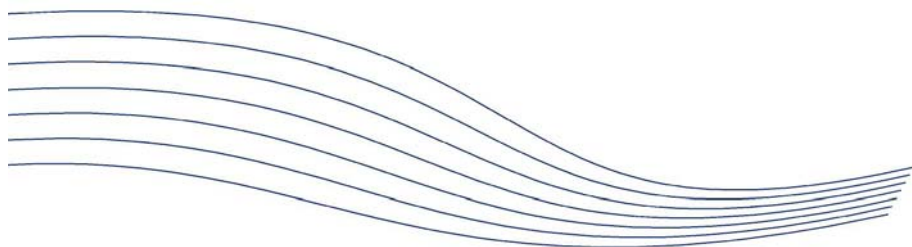
3.2.3. Prio Biocombustível, S.A.	21
3.2.4. Prio Advanced Fuels, S.A.	21
3.2.5. CNE - Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A.	21
3.3. Outras Concessões em Curso	22
3.3.1. Concessão do direito de exploração comercial, em regime de serviço público, da movimentação de cargas no Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro	22
3.3.2. Sector Norte	22
4. Segurança no Porto	23
5. Tecnologias e Sistemas de Informação	24
5.1. Gespor	24
5.2. PIPE	24
5.3. PORTMOS	24
5.4. GIAF	24
5.5. Arquivo Histórico - Documental	25
6. Recursos Humanos	26
6.1. Caracterização	26
6.1.1. Evolução do Efectivo	26
6.1.2. Distribuição do Efectivo por Afectação Orgânica	26
6.1.3. Distribuição do Efectivo por Escalões Etários	27
6.1.4. Distribuição do Efectivo por Habilitações Literárias	27
6.2. Indicadores	28
6.2.1. Trabalho e Absentismo	28
6.2.2. Formação com o Pessoal	29
6.2.3. Produtividade	29
6.3. Custos com o Pessoal	29
6.4. Outros Custos com o Pessoal	30
6.4.1. Medicina no Trabalho	30
7. Análise Económico - Financeira	31
7.1. Situação Económica	31
7.1.1. Resultados	31
7.1.1.1. Resultado Operacional	31
7.1.1.2. Resultado Financeiro	33
7.1.1.3. Resultado Extraordinário	34
7.1.1.4. Impostos Diferidos	34
7.1.2. Meios Libertos Líquidos	35
7.1.3. Valor Acrescentado Bruto	35
7.2. Situação Financeira e Patrimonial	35

7.2.1. Imobilizado	35
7.2.2. Indicadores Financeiros de Estrutura	36
8. Proposta de Resultados	37

Anexo 1 - Estatuto Remuneratório do Órgão de Direcção/Gestão/Administração, conforme ofício referência DIFE/GAF da Direcção Geral do Tesouro

CONTAS DO EXERCÍCIO

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2006 concluímos o processo de preparação do primeiro **Plano Estratégico do Porto de Aveiro**, elaborado pelo BPI e BCEOM, com participação activa quer da administração da APA, quer dos colaboradores da empresa, envolvendo ainda os nossos parceiros ligados à Comunidade Portuária. Apresentado publicamente a 3 de Abril de 2006, prevê 34 acções devidamente calendarizadas. Em Dezembro de 2006, a execução das acções sugeridas cumpria o calendário previsto.

A APA passou a integrar a Red Cylog, uma rede logística de Castilla-Léon, dando cumprimento a um dos objectivos do Plano Estratégico, de alargamento do *hinterland* para Espanha.

Institucionalizaram-se as comemorações do Dia do Porto de Aveiro, a 3 de Abril de cada ano. O Museu Marítimo de Ílhavo albergou as comemorações inaugurais deste dia, em 2006, tendo-se promovido um colóquio que registou elevada participação, tendo a Secretária de Estado dos Transportes presidido à sessão de encerramento.

2006 registou a consignação de um conjunto significativo de investimentos privados na área portuária, no montante global de cem milhões de euros. Salientamos os projectos logísticos e industriais da BP Portugal, do grupo Martifer, do grupo Tertir e do grupo RAR.

Diligenciámos todos os meios no sentido de sensibilizar a tutela e a REFER para a necessidade de se avançar com obras de carácter estruturante, o que veio a acontecer. Assim, foi já adjudicada a construção da Plataforma Multimodal de Cacia, tendo também sido já lançado o concurso público internacional para a construção da ligação ferroviária ao Porto de Aveiro, obra ansiada há cerca de duas décadas.

De registar o facto do governo ter decidido incluir a futura Zona de Actividades Logísticas e Industriais do Porto de Aveiro (ZALI) na Rede Nacional de Plataformas Logísticas.

A ZALI Portuária multimodal (marítima, rodo e ferroviária) e polinucleada de apoio ao porto de Aveiro integra o projecto “Portugal Logístico” apresentado pelo Governo.

Dinamizar a actividade do Porto de Aveiro e aumentar o seu *hinterland*; potenciar a matriz industrial de Aveiro através do acesso facilitado à distribuição no corredor Aveiro-Salamanca, são dois dos objectivos estratégicos na base da criação da ZAL de Aveiro.

O Volume de negócios das actividades de gestão portuária começa a espelhar a evolução do porto. Continuamos a caminhar para o equilíbrio operacional dos nossos resultados, com forte enfoque na contenção dos custos e dinamização de negócios sustentados.

GOVERNO DE SOCIEDADE

Missão, objectivos e políticas da empresa

O porto de Aveiro tem como missão *"facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim, o desenvolvimento económico da sua região"*.

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza actualmente o porto de Aveiro e o imperativo prioritário de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infra-estruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte 2015 foi definida fundamentalmente com base nas características endógenas do porto de Aveiro, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar os seus pontos fracos.

Visão consubstanciada no seguinte desiderato: *"O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial"*.

Para a prossecução desta Visão foram definidos três objectivos estratégicos:

- 1.º - Alargar e potenciar o *hinterland*;
- 2.º - Realizar o potencial de capacidade em reserva e
- 3.º - Melhorar a oferta de serviços portuários.

Com os dois primeiros objectivos, pretende-se potenciar os factores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- A boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência de pressão urbanística e
- A grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de actividades logístico-industriais.

Com o terceiro objectivo pretende-se:

- Minimizar os obstáculos ao desenvolvimento do porto, decorrentes das limitações do seu acesso marítimo e

- Superar os constrangimentos detectados nos processos de gestão e operação portuária.

Para atingir estes objectivos foram definidas Linhas Estratégicas de Desenvolvimento, designadamente, a melhoria dos acessos, o ordenamento territorial, a passagem para o modelo de *Landlord Port*, a melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar, a promoção da actuação comercial e o envolvimento da comunidade portuária.

As linhas estratégicas de desenvolvimento compreendem um conjunto de 34 acções/projectos, a seguir apresentadas.

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento	Acções / Projectos
Melhoria dos Acessos	Estudo de navegabilidade do acesso ao porto
	Dragagens de estabilização do acesso ao porto
	Estudo de reconfiguração do acesso / barra do porto
	Reconfiguração do acesso/barra do porto
	Construção do acesso ferroviário, pela REFER
	Conclusão da 3.ª fase da via de cintura
Ordenamento Territorial	Criação da Zona de Actividades Logísticas e Industriais (ZALI)
	Elaboração do Pano da zona transição entre a ZALI e a zona urbana envolvente
	Implementação de um sistema de informação geográfica
	Concretização do projecto da marina da Barra
Passagem para Modelo de <i>Landlord Port</i>	Preparação de um concurso público internacional para a concessão dos terminais de carga seca da zona norte
	Lançamento do concurso público internacional para a concessão dos terminais de carga seca da zona norte
	Adjudicação da concessão dos terminais de carga seca da zona norte
	Reorganização dos serviços de exploração portuária, decorrente da concessão
Melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar	Elaboração do Regulamento de Exploração
	Conclusão da actualização do sistema GESPOR

Melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar	Conclusão da implementação do sistema informático de gestão da APA (GIAF)
	Implementação do sistema VTS
	Reorganização dos serviços de coordenação e controlo do movimento portuário dos navios
	Conclusão do processo de certificação ambiental
	Implementação do sistema de qualidade interno da APA
	Clarificação do quadro de intervenção da mão-de-obra portuária
Promoção da actuação comercial	Elaboração de um estudo de mercado
	Elaboração de um plano de actuação comercial
	Elaboração de um plano de promoção e relações externas
	Criação na APA de um observatório de mercado
	Elaboração de um dossier do investidor da ZALI
	Criação na APA de um gabinete de apoio ao cliente
Envolvimento da comunidade portuária	Institucionalização de um órgão com funções consultivas envolvendo toda a comunidade portuária
	Parcerias com a comunidade intraportuária
	Parcerias com a comunidade extraportuária
	Simplificação e informatização dos procedimentos administrativos e aduaneiros
	Elaboração da carta de qualidade do porto de Aveiro
	Promoção conjunta do porto de Aveiro

Informações sobre outras transacções

Em matéria de contratação pública, a APA, S.A., enquadra-se nos denominados “*sectores especiais*”, regulados a nível nacional pelo Decreto-Lei (DL) n.º 223/2001, de 9 de Agosto, com a redacção dada pelo DL n.º 234/2004, de 15 de Dezembro, e a nível comunitário pela Directiva 2004/17/CE, de 31 de Março. Assim sendo, as contratações de bens e serviços e empreitadas, cujos valores se inscrevam nos limiares de aplicabilidade dos aludidos diplomas legais, respectivamente 422.000 € e 5.278.000€, são sujeitas aos procedimentos pré-contratuais neles consignados.

Abaixo dos referidos limiares legais e no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas, a APA, S.A. adopta os procedimentos previstos no DL n.º 59/99, de 2 de Março, aos quais se encontra vinculada *ex-vi* do disposto na alínea g) do n.º 1 do referido diploma.

Identificação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Nos quadros abaixo são apresentados os órgãos Sociais da APA, S.A., que exerceram funções durante o ano de 2006.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Associação Industrial do Distrito de Aveiro (Representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)

Secretário da Mesa

Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio

Conselho de Administração

Presidente

Eng. José Luís de Azevedo Cacho

Vogais

Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva

Dr. Luís Manuel Dionísio Marques

Fiscal Único

Efectivo

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (Representada por Dr. José Pereira Alves)

Suplente

Dr. José Manuel Henriques Bernardo

A coordenação das Estruturas Orgânicas, durante o exercício de 2006, foi distribuída pelos membros do Conselho de Administração, da seguinte forma:

Presidente: Eng. José Luís Azevedo Cacho

- Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de concessões para projectos com importância estratégica para o Porto de Aveiro;
- Gabinete de Apoio à Estratégia, Comunicação e Marketing;
- Gabinete Jurídico;
- Direcção de Exploração Portuária e

- Departamento de Pilotagem.

Vogal: Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva

- Direcção de Infra-Estruturas;
- Divisão de Segurança e
- Direcção de Espaços e Ambiente: áreas funcionais de licenciamentos, ocupações e Ambiente.

Vogal: Dr. Luís Manuel Dionísio Marques

- Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de gestão e inertes;
- Auditoria e Controlo de Gestão e
- Direcção Administrativa e Financeira.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pela Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, durante o ano de 2006, foi de 872,29€.

	Valores em euros
Presidente	545,31
Secretário da Mesa	326,98

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal único, durante o ano de 2006, foi de 18.998,00€.

Conselho de Administração

O actual Conselho de Administração da APA, foi eleito para o triénio 2005-2007, por deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2005 e auferiu as seguintes remunerações:

	Valores em euros, referentes ao ano de 2006		
	Remuneração Principal	Despesas de Representação	Rendimentos em Espécie
Eng. José Cacho	58.858,52	17.657,52	4.261,77
Eng. Rui Paiva	51.181,34	13.160,88	3.629,39
Dr. Luís Marques	51.181,34	13.160,88	3.629,39

Todas as remunerações resultam da aplicação da deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., de 27 de Agosto de 2002.

Os Rendimentos em espécie dizem respeito à utilização da viatura da empresa, conforme estatuído no n.º 5 do art. 24 do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

Aos actuais membros do Conselho de Administração, é aplicado o regime Geral da Segurança Social.

Não existem Planos Complementares de Reforma.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Responsabilidade Social

A APA, S.A., enquanto entidade sucessora da Junta Autónoma do Porto de Aveiro (JAPA)¹, manteve, em relação aos seus beneficiários, as obras de carácter social e cultural já instituídas, nomeadamente a Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, abreviadamente designada por OSMOP.

A OSMOP foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 131/71, de 6 de Abril, assumindo um carácter social, cultural e recreativo, tendo como objectivo último contribuir para a melhoria do nível de vida dos seus beneficiários, assegurando-lhes o acesso às prestações do sistema de acção social complementar.

A maioria dos funcionários desta Administração Portuária, tanto no activo como aposentados, que mantiveram o vínculo à função pública após a transição operada pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro, bem como os seus familiares, usufruem da vasta gama de serviços que a OSMOP proporciona.

Aos trabalhadores contratados após a transição operada pelo supra citado diploma legal, é aplicável o regime do contrato individual de trabalho, do qual advém a obrigatoriedade de proceder à sua inscrição na Segurança Social. No sentido de proporcionar activamente uma melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores, a APA, S.A. contratou um seguro de saúde que comparticipa a maioria das despesas médicas apresentadas, incidindo sobre o remanescente não comparticipado nem pela OSMOP, nem pela Administração Regional de Saúde.

Um importante organismo fomentado e subsidiado pela APA, S.A. é a Casa de Pessoal do Porto de Aveiro (Centro de Cultura e Desporto), fundada em 1989, detentora de diversas secções, de entre as quais se destaca a Secção do Grupo Coral e a Secção de Pesca Desportiva. Este organismo promove diversas iniciativas que para além de fomentarem o convívio entre

¹ DL n.º 339/98, de 3 de Novembro

trabalhadores associados e respectivas famílias, contribui para um melhor ambiente de trabalho, do qual resulta, comprovadamente, a nível de empresa, uma maior produtividade, e a nível do trabalhador, um maior equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres.

Responsabilidade Ambiental

Durante o ano de 2006, esta Administração investiu na melhoria do seu desempenho ambiental, com destaque para os seguintes resultados:

- **Qualidade da água** - revitalização da Estação Elevatória, levantamento da restrição de uso da água do TGL para consumo humano;
- **Gestão de resíduos**, nomeadamente, consolidação do processo de gestão de resíduos de navios e incremento na separação de resíduos para reciclagem;
- **Minimização dos impactes resultantes da movimentação de granéis sólidos** (execução de cortina arbórea junto à povoação da Gafanha, alterações no estacionamento e movimentação destas mercadorias) e no depósito de inertes/areias (construção de barreira, hidrosementeira, etc.);
- **Incremento da medição e o recurso a energias renováveis** (ex: instalação de iluminação pública recorrendo a sistemas fotovoltaicos).

Merecem ainda particular destaque as **acções de sensibilização da comunidade portuária** para a melhoria do respectivo desempenho ambiental, designadamente, pela realização de auditorias às suas instalações, questionário ambiental e acções de formação em áreas específicas.

Nos últimos anos tem vindo a ser desenvolvido o trabalho conducente à transição do actual Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para a nova versão da Norma *NP EN ISO 14001: 2004*.

Neste sentido, foi elaborada, em 2006, uma nova política ambiental, a qual contém as orientações a considerar no estabelecimento dos objectivos e metas do(s) próximo(s) ciclo(s) de gestão e das quais se destacam:

- **Promoção da gestão racional e eficiente de recursos** (água e energia);
- **Prevenção da poluição e minimização dos impactes ambientais significativos** associados às actividades desenvolvidas;
- **Promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores** garantindo o seu empenho na gestão ambiental da empresa, desiderato que se estende a todos os operadores da Comunidade Portuária;
- **Cooperação e promoção da comunicação com entidades externas**, nomeadamente, instituições governamentais e do poder local, associações de defesa do ambiente e o público em geral e

- Incentivo à Comunidade Portuária para a melhoria constante do seu desempenho ambiental em todas as suas actividades, produtos e serviços.

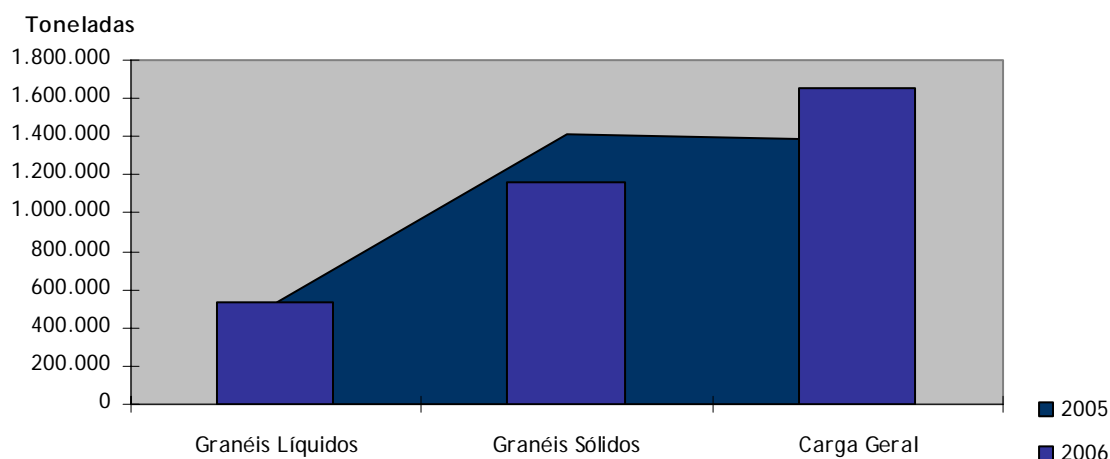
1. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

Em 2006, foi mantida a tendência de crescimento sustentado do movimento de mercadorias no porto de Aveiro. Efectivamente, em 2006 foram ultrapassados os 3,3 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 0,62%, comparativamente com o registo de 2005, onde fora já fixado o anterior máximo.

É notório que o aumento do movimento tem sido fundamentalmente suportado pelo crescimento das exportações, dado que ao longo dos anos mais recentes se tem mantido praticamente estabilizado o volume das importações efectuadas por este porto.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2006, foi de 49,45% para a Carga Geral, com um considerável aumento de 20,33% relativamente ao ano anterior, 34,59% para os Granéis Sólidos e 15,96% para os Granéis Líquidos.

Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga



1.1. Movimento de Navios

O movimento de navios no Porto de Aveiro registou em 2006 um total de 1.064 navios, correspondente a 3.141.172 de arqueação bruta (GT). Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 0,66%, no número de navios e um acréscimo bastante significativo, de 10,22%, em termos de GT, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 2.696 GT em 2005 para 2.952 GT em 2006.

Este resultado global é reflexo directo da política desta administração de receber navios de maior comprimento. Política esta, que será concretizada com a melhoria das acessibilidades marítimas - Barra de Aveiro. Refira-se que a elaboração dos *“estudos de reconfiguração e de navegabilidade da barra do porto de Aveiro”* foram adjudicados em Dezembro de 2006, sendo que se prevê o lançamento do concurso da obra em 2009.

Classe de GT	2005		2006		▲% 06/05	
	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	1.057	2.849.994	1.064	3.141.172	0,66%	10,22%
<501	33	3.986	12	2.986	-63,64%	-25,09%
501 - 1000	31	27.745	9	7.965	-70,97%	-71,29%
1001 - 1500	28	36.274	39	48.995	39,29%	35,07%
1501 - 2000	181	318.085	167	304.807	-7,73%	-4,17%
2001 - 2500	326	747.577	280	642.017	-14,11%	-14,12%
2501 - 3000	193	538.299	232	650.349	20,21%	20,82%
3001 - 3500	67	217.861	71	231.258	5,97%	6,15%
3501 - 4000	64	243.584	116	439.663	81,25%	80,50%
4001 - 4500	53	233.714	29	123.803	-45,28%	-47,03%
> 4500	81	482.869	109	689.329	34,57%	42,76%

1.2. Movimento de Mercadorias

1.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O movimento de mercadorias em 2006 totalizou 3.349.570 toneladas, representando um acréscimo de 0,62% face aos valores do ano anterior, em que foram movimentadas 3.328.816 toneladas.

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos últimos anos, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2005	2006	▲%06/05
Total do Movimento Portuário	3.328.816	3.349.570	0,62%
Carga Geral Fraccionada	1.376.328	1.656.214	20,34%
Granéis Sólidos	1.416.231	1.158.652	-18,19%
Granéis Líquidos	536.257	534.703	-0,29%

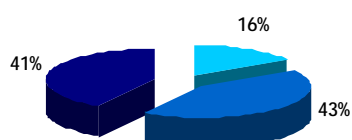
Os **Granéis Sólidos** registaram uma evolução negativa de 18,19%, atingindo 1.159 mil toneladas. Tal facto ficou a dever-se à quebra acentuada no movimento de mercadorias nos dois últimos meses do ano, devido à redução do preço das matérias-primas em mercados longínquos. Estes

implicam a sua movimentação em navios de maior porte, para os quais este porto não tem, ainda, condições para os receber. Da mesma forma, os **Granéis Líquidos** movimentados no porto registaram uma quebra de 0,29%, relativamente a 2005, fixando-se em 535 mil toneladas.

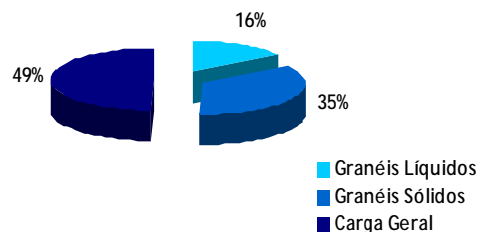
Pela positiva, destaca-se a **Carga Geral Fraccionada**, que confirma novamente a tendência de crescimento sustentado dos últimos anos, materializado em 20,34% de crescimento face a 2005, tornando-se desta forma, a carga mais movimentada neste porto.

A distribuição da movimentação global de mercadorias segundo os diferentes tipos de carga, não sofreu alterações significativas em 2006, evidenciando-se apenas a Carga Geral a superar o tráfego de Granéis Sólidos, mantendo-se assim a estrutura habitual de tráfego ao longo dos anos.

Movimento de Mercadorias em 2005



Movimento de Mercadorias em 2006



1.2.1.1. Carga Geral Fraccionada

Após a quebra no ano de 2005, a **Carga Geral Fraccionada** surge, no ano de 2006, como a principal carga movimentada neste porto. As principais mercadorias movimentadas em operações de carga fraccionada foram os Produtos Metalúrgicos e Madeira (Madeira em bruto e Madeira densificada).

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total de Carga Geral Fraccionada	1.376.328	1.656.214	279.886
Ferro / Aço não ligado (Verguinha/Varões)	233.152	287.242	54.090
Pastas químicas de madeira branqueadas	250.208	252.049	1.841
Produtos planos laminados a quente; Coils	206.750	229.101	22.351
Madeira em bruto	15.662	176.630	160.968
Fios de ferro ou aço não ligado (arame)	112.100	125.119	13.019
Madeira densificada	83.482	99.990	16.508
	Toneladas		

	2005	2006	▲06/05
Produtos planos laminados a frio; Coils	90.386	79.596	-10.790
Perfis de ferro ou aço não ligado	64.047	65.098	1.051
Barras de ferro ou aço acabadas a frio	5.832	47.527	41.695
Produtos laminados planos revestidos	34.165	47.508	13.343
Outra Carga Geral	280.544	246.354	-34.190

Com base no quadro acima exposto, constata-se que a mercadoria que mais contribuiu para a evolução deste tipo de carga foi a Madeira em bruto, que viu o seu movimento crescer em 161 mil toneladas. Verifica-se também uma evolução positiva no Ferro e Aço não ligado, Barras de Ferro ou Aço acabados a frio (+96 mil toneladas).

1.2.1.2. Granéis Sólidos

O movimento de **Granéis Sólidos** registou um decréscimo de 18,19% face a 2005. As principais mercadorias movimentadas foram o Cimento, Trigo, Milho e Clinquer.

	2005	2006	▲06/05
Total de Granéis Sólidos	1.416.231	1.158.652	-257.579
Cimentos hidráulicos excepto clinquer	299.445	289.422	-10.023
Trigo mourisco painço e outros cereais em grão	206.478	167.660	-38.818
Milho em grão	324.946	164.234	-160.712
Clinquer	173.935	105.206	-68.729
Argilas outras	127.002	97.382	-29.620
Cevada em grão	24.004	44.457	20.453
Ureia mesmo em solução aquosa	39.618	44.446	4.828
Desperdícios de vidro	18.505	41.240	22.735
Sal (cloreto de sódio) excepto 2501.00.91	49.118	39.017	-10.101
Feldspato	37.393	34.921	-2.472
Outros Granéis Sólidos	115.787	130.668	14.881

As principais reduções verificaram-se no Milho e no Clinquer, tendo sido movimentadas menos 160.712 e 68.729 toneladas, respectivamente.

1.2.1.3. Granéis Líquidos

O tráfego global deste tipo de mercadorias, registou um decréscimo pouco significativo, face ao valor verificado em 2005 (menos 0,29%). Apesar do crescimento na Anilina e seus Sais e no Benzeno, a diminuição em Outros Granéis Líquidos e em Vinho Comum a Granel, contribuíram para a estabilização das cargas totais em 2006.

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total de Granéis Líquidos	536.257	534.703	-1.554
Cloreto de Vinilo	189.016	182.973	-6.043
Isocianatos	69.080	78.637	9.557
Metanol (álcool metílico)	73.039	63.938	-9.101
Benzeno	35.073	44.838	9.765
Hidróxido e peróxido de sódio e potássio	37.118	40.492	3.374
Colas industriais e outros adesivos	29.407	30.650	1.243
Anilina e seus sais	9.253	21.786	12.533
Etileno glicol (etanodiol)	19.259	20.651	1.392
Nitro benzeno	18.857	16.088	-2.769
Vinho comum a granel	25.865	16.001	-9.864
Outros Granéis Líquidos	30.290	18.649	-11.641

1.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total de Mercadorias	3.328.816	3.349.570	20.754
Terminal Norte	1.825.777	1.809.301	-16.476
Terminal Sul	935.211	950.814	15.603
Terminal de Granéis Líquidos	531.673	528.156	-3.517
Terminal Ro-Ro	35.253	59.106	23.853
Terminal Especializado de Descarga de Pescado	902	2.193	1.291

1.2.2.1. Terminal Norte

O Terminal Norte representa 54,02% do movimento global do porto, tendo-se verificado um decréscimo de 16 mil toneladas face ao ano anterior, justificado pela diminuição dos Granéis Sólidos (-193 mil toneladas), não compensada pelo aumento na Carga Geral (+173 mil toneladas).

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total - Terminal Norte	1.825.777	1.809.301	-16.476
Carga Geral	738.117	911.440	173.323
Granéis Sólidos	1.083.978	891.313	-192.666
Granéis Líquidos	3.681	6.548	2.867

1.2.2.2. Terminal Sul

O Terminal Sul movimentou 951 mil toneladas, 28,39% do movimento total, apresentando um crescimento de 1,67% relativamente a 2005.

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total - Terminal Sul	935.211	950.814	15.603
Carga Geral	625.103	725.579	100.476
Granéis Sólidos	310.108	225.235	-84.873

1.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 528 mil toneladas, representando um ligeiro decréscimo, face ao ano transacto, de 4 mil toneladas (-0,66%).

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total - Terminal de Granéis Líquidos	531.673	528.156	-3.517
Granéis Líquidos	531.673	528.156	-3.517

1.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

	Toneladas		
	2005	2006	▲%06/05
Total de Mercadorias Movimentadas	3.328.816	3.349.570	0,62%
Importações	2.473.417	2.302.508	-6,91%
Exportações	855.399	1.047.062	22,41%

As Importações representam 68,74% do tráfego total do porto, sendo os Produtos Metalúrgicos e o Cimento as principais mercadorias.

No quadro abaixo, são apresentadas as principais mercadorias importadas nos anos de 2005 e 2006.

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total de Mercadorias Importadas	2.473.417	2.302.508	-170.909
Produtos Planos Laminados a Quente; Coils	206.750	307.547	100.797
Ferro/Aço n/ Ligado (Verguinha/Varões p/construção)	233.152	287.017	53.865
Cimentos Hidráulicos, excepto Clinquer	299.106	217.953	-81.153
Cloreto de Vinilo	189.016	182.973	-6.043
Trigo Mourisco, Painço e outros Cereais, em Grão	206.478	167.660	-38.818
Milho, Em Grão	324.946	164.234	-160.712
Fios de Ferro ou Aço não Ligado (Arame)	110.012	121.647	11.635
Perfis de Ferro ou Aço não Ligado	64.046	64.818	772
Metanol (Álcool Metílico)	73.038	63.938	-9.100
Argilas, Outras	65.225	55.499	-9.726
Outras mercadorias	701.648	669.223	-32.425

Por outro lado verificou-se um crescimento, nas exportações, de 22,41%; a Madeira foi a mercadoria que mais contribuiu para esta variação positiva.

	Toneladas		
	2005	2006	▲06/05
Total de Mercadorias Exportadas	855.399	1.047.062	191.663
Pastas Químicas de Madeira, branqueadas	243.696	255.123	11.427
Madeira em bruto de Pinho/Eucalipto(Postes/Toros)	15.662	176.630	160.968
Clinquer	173.935	105.206	-68.729
Madeira Densificada	83.482	99.990	16.508
Isocianatos	69.080	78.637	9.557
Cimentos Hidráulicos, excepto Clinquer	18.507	71.468	52.961
Argilas, Outras	61.777	41.883	-19.894
Colas Industriais e outros Adesivos Preparados	29.407	30.650	1.243
Cimento Branco	16.965	23.816	6.851
Malha Sol	18.791	21.402	2.611
Outras mercadorias	124.097	142.257	18.160

1.3. Sector das Pescas

	2004		2005		2006	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	7.233	—	6.994	—	7.956	—
Porto Pesca do Largo	18.114	45	14.954	35	14.244	31

1.3.1. Porto de Pesca Costeira

Este sector, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte, registou em 2005 uma diminuição de 3,30% e um aumento de 13,75% no ano de 2006.

1.3.2. Porto de Pesca do Largo

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré e em de 17 pontes-cais.

Este terminal registou uma diminuição de 17,45% em 2005 e uma diminuição de 4,75%, no ano de 2006.

2. INVESTIMENTOS

O montante de investimento executado em 2006 ascendeu a 8.175 mil euros, sendo que 7.910 mil corresponderam a projectos de investimento estruturais e 265 mil euros a investimentos funcionais.

Dando sequência ao conjunto de investimentos abrangidos pelo projecto de Acessibilidades Inter-regionais Ferroviárias e Rodoviárias ao porto de Aveiro, destacamos:

- a conclusão do **Terminal de Granéis Sólidos** (7.094 mil euros);
- a conclusão das alterações introduzidas ao **projecto técnico da 3.ª fase da Via de Cintura**, por força das recomendações previstas em sede da respectiva Declaração de Impacte Ambiental (59 mil euros).

Relativamente aos investimentos definidos no âmbito do programa de Infra-estruturas Marítimo-Portuárias e Equipamentos, verificou-se:

- a conclusão da **construção do Terminal de Granéis Líquidos** (375 mil euros) e
- **início do Parque Logístico em área adjacente ao Terminal de Granéis Líquidos** (68 mil euros). Refira-se ainda que a APA vai proceder à construção de todas as infraestruturas (drenagem, pavimentação, redes de abastecimento de água, de combate a incêndio, eléctricas e telefónicas) de uma área de terreno com cerca de 33 hectares, destinada à instalação de unidades industriais que movimentem graneis líquidos e cuja proximidade a um terminal marítimo se revela uma importante mais valia. O valor da total da empreitada é de 2.821 mil euros.

No âmbito da melhoria das acessibilidades marítimas do porto de Aveiro, destacamos a adjudicação da prestação de serviços para a elaboração do **estudo de reconfiguração do acesso da barra /canal principal de navegação do porto de Aveiro** (403 euros).

No que respeita às acções de **investimento funcionais**, destaca-se:

- a elaboração do **Plano Estratégico do porto de Aveiro para o período de 2006-2015**, que vem responder à necessidade de estabelecer prioridades futuras (101 mil euros);
- a empreitada de **reparação da Estação Elevatória do porto de Aveiro** (47 mil euros) e
- a **aquisição de 64 licenças do Office 2003** (22 mil euros), para a actualização do actual software de base do equipamento informático.

3. CONCESSÕES

3.1. De Prestação de Serviços

3.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2006, assistiu-se a um aumento do movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa **Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.**, registando-se um crescimento de 1,67% (ver ponto 1.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal).

3.1.2. TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

Embora se tenha assistido ao aumento do número de navios em 2006, face ao ano anterior, verificou-se uma diminuição do número de manobras efectuadas pela empresa à qual se encontra adjudicada a *Concessão da Prestação da Actividade de Reboque, em regime de serviço Público, no porto de Aveiro - TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.*. Esta diminuição é justificada pelo número de entradas em porto de navios com suficientes meios próprios auxiliares de manobra.

Designação	Número de manobras	
	2005	2006
Total de Manobras	1.030	969
Com 1 Rebocador	708	684
Com 2 Rebocadores	318	283
Com 3 Rebocadores	4	2
Com 4 Rebocadores	0	0

3.1.3. Navalria, S.A.

A actividade de reparações navais efectuadas pela **Navalria, S.A.** registou uma diminuição no ano de 2006, devido ao decréscimo do número de navios intervencionados.

3.2. De Uso Privativo

3.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.

Em Agosto de 2006 foi celebrado um contrato de concessão à **Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.**, de uma parcela de 20.250 metros quadrados (m2), no Terminal de Granéis Sólidos do porto de Aveiro, para construção de um armazém destinado a apoiar a actividade de movimentação de cargas agro-alimentares nesse terminal.

Com a construção deste armazém, com capacidade para 45 mil metros cúbicos (m3), o Terminal de Granéis Sólidos ficará provido por um sistema inovador a nível nacional, através da mecanização total do processo de movimentação de granéis agro-alimentares, desde a descarga à armazenagem e à recepção de camiões ou comboios.

Esta opção gera um elevado valor acrescentado à mercadoria, não só nos ganhos de eficiência e produtividade, mas também porque se trata de um processo sem desperdícios ou levantamento de poeiras.

3.2.2. BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.

A APA e a BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. formalizaram, em 2006, um contrato de concessão destinado à construção, instalação e exploração comercial de um parque de armazenamento de combustíveis líquidos no Terminal de Granéis Líquidos do porto de Aveiro.

O parque, com uma área de 50.000 m², destina-se à recepção, armazenagem e expedição de combustíveis líquidos a movimentar pelo porto de Aveiro.

3.2.3. Prio Biocombustíveis, S.A.

Em 2006, foi celebrado um contrato de concessão, à Prio Biocombustíveis, S.A., de uma parcela de 19.950 m², para construção de um estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no Terminal de Granéis Líquidos. Esta unidade terá capacidade para produzir 100 mil toneladas de biodiesel a partir da transformação de óleos vegetais e deverá entrar em funcionamento em Abril de 2007.

A fábrica de biodiesel do Grupo Martifer ocupará uma área de 8 mil metros quadrados e implicará um investimento de 16 milhões de euros.

3.2.4. Prio Advanced Fuels, S.A.

Em 2006, foi igualmente celebrado um contrato de concessão, à Prio Advanced Fuels, S.A., de uma parcela de 20.097 m², para construção de um parque de armazenagem de combustíveis líquidos.

3.2.5. CNE - Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A.

O ano de 2006 fica também ligado à construção de uma nova portaria nas instalações da CNE - Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A., possibilitando, assim, o funcionamento desta unidade industrial fora do Terminal Norte.

3.3. Outras Concessões em Curso

3.3.1. *Concessão do direito de exploração comercial, em regime de serviço público, da movimentação de cargas no Terminal de Granéis Líquidos do porto de Aveiro*

No ano de 2006, deu-se início ao processo de preparação do lançamento do concurso de concessão do Terminal de Granéis Líquidos, em que serão prestados serviços às empresas aí instaladas. Neste sentido foram, em 2006, elaboradas as peças escritas desse concurso por negociação e remetidas para aprovação pela Tutela, o qual se espera contratualizar até ao final de 2007.

3.3.2. Sector Norte

De acordo com as orientações da política nacional para operação de terminais portuários, definida pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), encontra-se em estudo o projecto de concessão da exploração dos terminais do Sector Norte. De salientar que já foi realizado o respectivo estudo de viabilidade económico - financeira.

4. SEGURANÇA NO PORTO

Com o objectivo de reforçar a segurança marítima e inserido no projecto global “VTS Portugal - Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo no Continente”, será implementado um moderno sistema de gestão do tráfego marítimo quer na zona costeira, quer na zona portuária.

Assim, em finais de 2006 foram concluídos, pelo IPTM, os trabalhos de construção civil das três torres de radar designadas por Aveiro 1, Aveiro 2 e Aveiro 3, localizadas respectivamente na entrada do porto, junto ao edifício dos Pilotos, nos terrenos anexos à empresa Bem Seca e junto ao jardim Oudinot, que irão permitir **monitorizar todas as embarcações tanto na aproximação da entrada da Barra**, como em todas as zonas navegáveis no interior do porto.

As primeiras duas torres têm trinta metros de altura, sendo que a terceira, com quinze metros, será a que vai monitorizar o Canal de Mira.

Após a conclusão deste projecto, previsto para 2007, este porto terá um moderno sistema de gestão do tráfego marítimo quer na zona costeira, quer na zona portuária, **reforçando, assim, todo o processo de segurança marítima**, na dupla vertente de mediadas preventivas (“Safety”) e medidas de protecção (“Security”).

Refira-se ainda, que toda a informação recolhida pelo sistema, será armazenada numa Base de Dados Nacional de Navegação Marítima.

De salientar, que o sistema VTS vai permitir:

- Aumentar a segurança marítima;
- Melhorar as condições de actuação em caso de acidentes ou incidentes marítimos;
- Proteger e melhorar o ambiente nas águas sob jurisdição, nacional e
- Evitar intrusões e o desembarque de pessoas e outras actividades ilícitas.

5. TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A APA tem vindo a melhorar os sistemas de informação no porto de Aveiro de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação.

5.1. Gespor

Durante o ano de 2006 concluiu-se o Projecto SIIGP - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO E GESTÃO PORTUÁRIA, que se materializou na colaboração entre o IPTM e os portos de Aveiro e Setúbal. Deste modo foi possível fazer evoluir o software de Gestão Portuária, Tarifário, Estatística e Gestão de Espaços, bem como o hardware e a Base de Dados de suporte às aplicações em funcionamento na APA.

5.2. PIP'e - Procedimentos e Informação Portuária electrónica (Normalização de Informação, Simplificação e Harmonização de Procedimentos nos Portos Portugueses)

O porto de Aveiro acompanhou (na Comissão de Coordenação) os trabalhos do Projecto PIP'e, que está a ser desenvolvido no âmbito da APP - Associação dos Portos de Portugal. Concluíram-se, em 2006, as fases de levantamento de processos em todos os portos do Continente e Regiões Autónomas, bem como a de reengenharia de processos. Este Projecto tem o seu termo previsto, com a implementação das conclusões, até ao final de 2007.

5.3 - PORTMOS - Integration of the Portuguese Ports and Maritime System in the Motorways of the Sea

O porto de Aveiro participou durante o ano nas iniciativas do Projecto das "Auto-estradas do Mar", coordenado pela APP, nomeadamente ao nível dos concursos lançados e concluídos das fases II (Infoestrutura) e III (portos piloto).

5.4. GIAF

Após a implementação em 2005 de um novo sistema ERP de gestão financeira (GIAF) e da introdução de uma "intranet" (MyGiaf) associados ao objectivo de melhoria da eficiência interna da empresa, foi, em Janeiro de 2006, colocado à disposição dos principais parceiros de negócio a possibilidade de, via *online*, acederem à sua conta corrente.

Paralelamente à modernização do *back-office*, a APA passou a disponibilizar, em 2006, à generalidade dos seus colaboradores, através de "intranet", uma ferramenta de trabalho que

permite gerir, electronicamente e em rede, uma vasta série de processos internos. Entre outros destacamos:

- Processo de *workflow* de compras (gestão de stocks e aquisições);
- Controlo de gestão pelas unidades de negócio (as respectivas chefias passaram a registar as suas previsões de custos e de proveitos no sistema, como também a acompanhar os correspondentes desvios) e de
- Gestão de Recursos Humanos (permite aos trabalhadores da APA, S.A. fazer consultas os seus dados pessoais e outros elementos, marcar e ser notificado da aprovação das férias, justificar ausências, etc.).

De salientar que, para além da racionalização dos serviços, este procedimento origina uma grande poupança de papel.

5.5. Arquivo Histórico - Documental

Uma equipa composta por três especialistas nas áreas da cartografia e arquivística, procederam, durante nove meses, à inventariação, catalogação e conservação do espólio existente no Arquivo Histórico - Documental da APA.

Este valioso espólio - mais de dois mil documentos, entre os quais se encontram relatórios, desenhos, mapas e fotografias que constituem importantes fontes de estudo da História do Porto, da Ria e região de Aveiro - fica agora em condições de poder disponibilizar-se ao público interessado, de uma forma organizada e em boas condições de conservação.

6. RECURSOS HUMANOS

6.1. Caracterização

6.1.1. Evolução do Efectivo

O exercício de 2006 apresentou, em resultado da política interna de contenção de custos, alterações relativamente diminutas no que se refere à estrutura do efectivo. Em termos gerais, o desenvolvimento do efectivo corresponde à saída de 2 trabalhadores (um por aposentação e outro que se encontrava em regime de requisição).

Designação	N.º de Trabalhadores		
	2004	2005	2006
Total do efectivo	124	124	122
Mandatados	3	3	3
Efectivos	118	119	118
Requisitados	1	1	0
Contratados	2	1	1

Como se pode verificar pelo quadro supra, a maioria do efectivo de pessoal (96,72%) encontra-se, em 31 de Dezembro de 2006, vinculado ao quadro desta administração.

6.1.2. Distribuição do Efectivo por Afectação Orgânica

No ano de 2006, as direcções com maior peso continuaram a ser a Exploração Portuária e a Administrativa e Financeira, com 36,07% e 18,03% dos trabalhadores, respectivamente.

Designação	N.º de Trabalhadores		
	2004	2005	2006
Total de Trabalhadores	124	124	122
<i>Top - Management</i>	3	3	3
Apoio à Administração	3	3	3
Assessoria Jurídica	1	1	1
Auditoria e Controlo de Gestão	1	1	1
Apoio à Estratégia, Com., Imagem e Marketing	5	4	5
Exploração Portuária	43	45	44

Designação	N.º de Trabalhadores		
	2004	2005	2006
Infra-estruturas	16	16	15
Gestão de Espaços e Ambiente	9	8	8
Administrativa e Financeira	24	23	22
Pilotagem	16	17	17
Segurança	3	3	3

6.1.3. Distribuição do Efectivo por Escalões Etários

No que concerne à distribuição de escalões etários do efectivo a 31 de Dezembro, constata-se algumas alterações, relativamente aos anos anteriores. Note-se um ligeiro aumento do nível de etário médio, que se situava em 2006 nos 44,47 anos, em oposição aos 43,61 anos no final de 2005.

Outro aspecto perceptível é a concentração nos escalões entre os 35 e os 54 anos, que representam, no seu conjunto, 81,97% do total do efectivo.

Escalão	N.º de Trabalhadores					
	2004		2005		2006	
	124	100%	124	100%	122	100%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	7	5,65%	4	3,23%	2	1,64%
De 30 a 34 anos	9	7,26%	10	8,06%	8	6,56%
De 35 a 39 anos	21	16,94%	19	15,32%	19	15,57%
De 40 a 44 anos	35	28,23%	35	28,23%	31	25,41%
De 45 a 49 anos	32	25,81%	32	25,81%	37	30,33%
De 50 a 54 anos	12	9,68%	14	11,29%	13	10,66%
De 55 a 59 anos	7	5,65%	8	6,45%	9	7,38%
De 60 a 61 anos	1	0,81%	2	1,61%	2	1,64%
De 62 a 64 anos	0	0,00%	0	0,00%	1	0,82%

6.1.4. Distribuição do Efectivo por Habilitações Literárias

Ao nível das habilitações dos Recursos Humanos, nota-se a existência de um padrão perfeitamente definido, com uma elevada prevalência de recursos habilitados com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico (40,16%), seguido de recursos habilitados com ensino superior (27,87%).

	N.º de Trabalhadores		
	2004	2005	2006
Habilitações Literárias	124	124	122
1º ciclo do ensino básico	19	19	19
2º ciclo do ensino básico	26	25	25
3º ciclo do ensino básico	25	25	24
Ensino secundário	20	20	20
Ensino superior de índole profissional	0	0	0
Ensino superior politécnico	3	3	3
Ensino superior universitário	30	31	30
Outros	1	1	1

6.2. Indicadores

6.2.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2004	2005	2006
1. Efectivo (n.º de trabalhadores)	124	124	122
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	211.092	237.072	243.141
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	578	666	623
4. Absentismo (horas de ausência)	5.180	10.719	9.682
6. Horas Efectivamente Trabalhadas (2+3-4)	206.490	227.019	234.082
7. Horas Trabalhadas /Efectivo (6:1)	1.655	1.831	1.919
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	2,45%	4,52%	3,98%
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	0,27%	0,28%	0,26%

Da análise do quadro supra, destacamos a diminuição da taxa de absentismo no ano de 2006. No quadro infra são apresentados os principais motivos.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2004	2005	2006
Total	5.180	10.719	9.682
Acidente de trabalho	1.376	1.524	1.048
Doença	2.157	8.034	7.607
Assistência inadiável	291	0	110
Maternidade / Paternidade	1.029	116	689

Motivos de ausência	2004	2005	2006
Outras Causas	327	1.045	228

6.2.2. Formação com o Pessoal

	2004	2005	2006
Número total de horas de acção de formação	499	662	489
Número de acções	41	22	43
Número de formandos	263	104	177

A Formação desenvolveu-se essencialmente nas áreas Línguas e Legislação (179 horas) e de Informática (148 horas).

6.2.3. Produtividade

	2004	2005	2006
Toneladas Movimentadas (1)	3.133.657	3.328.816	3.349.570
Horas trabalháveis (2)	211.092	237.072	243.141
Produtividade (1)/(2)	14,84	14,04	13,78

Em 2006 assistiu-se a um decréscimo da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

6.3. Custos com o Pessoal

Indicadores	2004	2005	2006
1. Custos com o Pessoal	5.037.106	5.226.229	5.160.017
2. Massa Salarial	4.142.360	4.448.550	4.514.502
3. Efectivo	124	124	122
4. Horas Trabalháveis	211.092	237.072	243.141
Despesa Média por Trabalhador (1:4)	23,891	22,04	21,22
Massa Salarial / Efectivo (2:3)	33.406,13	35.875,40	37.004,11

Em 2006, assiste-se a uma diminuição da despesa média por trabalhador, justificada pela diminuição dos custos com o pessoal e pelo aumento das horas trabalháveis.

6.4. Outros Custos com o Pessoal

Acção Social	2004	2005	2006
Seguro de Saúde	39.322	40.884	41.270
Medicina no Trabalho	5.907	8.525	8.525
Pensões	11.387	11.387	11.387

6.4.1. Medicina no Trabalho

Desde o ano 2000 que todos os trabalhadores realizam, anualmente, exames médicos para aferição do seu estado de saúde geral e da sua capacidade física para o desempenho das funções profissionais que lhe são atribuídas.

	2004	2005	2006
Efectivo (1)	124	124	122
Exames Periódicos	79	44	92
Exames Ocasionais	0	2	0
Total Exames (2)	79	46	92
Índice de Frequência de Exames (2/1)	0,64	0,37	0,75

No ano de 2006, o índice de frequência de exames duplicou, face ao ano de 2005. Este aumento é justificado pelo facto dos trabalhadores com idade inferior aos 50 anos só realizarem exames médicos de dois em dois anos.

7. ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

7.1. Situação Económica

A APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. obteve um **Resultado Líquido negativo**, no exercício de 2006, no valor de 802.547 euros, valor que, em termos relativos, representa uma variação negativa de 157,30%, comparativamente com o ano de 2005. O diferencial entre o Resultado Antes de Imposto e o Resultado Líquido do Exercício resulta da aplicação das disposições da Directriz Contabilística n.º 28 - Imposto sobre o Rendimento.

Valores em euros			
	2005	2006	▲%06/05
Resultado Operacional	-1.427.909	-2.158.377	51,16%
Resultado Financeiro	-416.250	-496.771	-19,34%
Resultado Extraordinário	1.960.049	2.726.834	39,12%
Resultado Antes de Imposto	115.890	71.685	-38,14%
Imposto	-1.284.810	874.233	-168,04%
Resultado Líquido do Exercício	1.400.700	-802.547	-157,30%

7.1.1. Resultados

7.1.1.1. Resultado Operacional

A evolução do **Resultado Operacional**, com um decréscimo de 730 mil euros, relativamente ao ano anterior, é o reflexo de um crescimento diminuto dos Proveitos Operacionais (1,59%) e de um agravamento dos Custos Operacionais (7,75%).

Relativamente aos Proveitos Operacionais, ressalta um crescimento significativo dos Rendimentos de Propriedade (+ 1.167 mil euros) e da Exploração Portuária (+ 43 mil euros). As restantes rubricas apresentam um decréscimo, face a 2005.

No quadro seguinte, expõe-se a análise comparativa das diversas rubricas dos Proveitos Operacionais.

Valores em euros			
	2005	2006	▲%06/05
Proveitos Operacionais	10.064.400	10.224.446	1,59%
Exploração Portuária	4.063.147	4.106.260	1,06%
Rendimentos de Propriedade	3.140.299	4.307.300	37,16%
Concessões	492.786	432.568	-12,22%
Proveitos Suplementares	2.222.598	1.339.697	-39,72%
Outros	145.570	38.621	-73,47%

O crescimento verificado nos Rendimentos de Propriedade (+1.167 mil euros) é justificado por novas ocupações, pela revisão de taxas de ocupação e pela redução de bonificações, concedidas em 2005, em terraplenos.

Na rubrica Exploração Portuária, regista-se igualmente um crescimento de 1,06%, face a 2005, reflectindo a evolução pouco significativa do movimento portuário (+0,62%).

Quanto às rubricas cuja variação foi negativa face ao ano de 2005, destacamos os Proveitos Suplementares (-39,72%) e os Outros Proveitos (-73,47%). Refira-se que a variação dos Proveitos Suplementares é explicada pela diminuição das quantidades vendidas de inertes, com valor comercial.

Apesar do crescimento se cifrar em 1,59%, nota-se que a qualidade dos proveitos aumenta na medida em que a componente sustentada (Gestão Portuária) conhece um aumento significativo na sua estrutura, o que constitui factor estrutural da estratégia de equilíbrio financeiro operacional da APA.

Por outro lado, no ano de 2006, assistiu-se à evolução desfavorável dos **Custos Operacionais** (+7,75%). Para este aumento contribuíram de forma determinante as rubricas Ajustamentos de Dívidas a Receber (+680 mil euros) e os Fornecimentos e Serviços Externos (+290 mil euros), conforme se pode observar no quadro seguinte.

Valores em euros			
	2005	2006	▲%06/05
Custos Operacionais	11.492.309	12.382.824	7,75%
FSE	1.780.406	2.070.567	16,30%
Impostos	144.411	155.312	7,55%

Valores em euros			
	2005	2006	▲%06/05
Custos com Pessoal	5.226.229	5.160.017	-1,27%
Amortizações do Exercício	4.262.596	4.257.647	-0,12%
Ajustamentos de Dívidas a receber	26.510	706.243	2.564,06%
Provisões do Exercício	9.498	9.498	0,00%
Outros	42.659	23.540	-44,82%

A variação nos Fornecimentos e Serviços Externos (16,30%) é resultante de:

- Trabalhos Especializados (+171 mil euros)
- Outros Fornecimentos e Serviços Externos (+32 mil euros);
- Honorários (+19 mil euros);
- Combustíveis (+14 mil euros);
- Material de Escritório (+ 13 mil euros) e
- Deslocações e Estadas (+12 mil euros).

No desvio verificado nos Trabalhos Especializados destacamos os estudos no âmbito da APP, principalmente os relativos às plataformas logísticas, cerca de 50%.

Relativamente aos Ajustamentos de Dívidas a Receber o aumento anormal decorre da provisão de dívidas de clientes relativas a anos anteriores. Note-se que sobre a maioria destes clientes foram instaurados processos de execução fiscal, dos quais se espera vir a recuperar os montantes agora provisionados.

Os Custos com o Pessoal e as Amortizações do Exercício continuam a deter um peso significativo na globalidade dos custos operacionais de respectivamente, 41,67% e 34,38%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorvem 71,50% dos proveitos globais da APA no exercício de 2006, verificando-se que a empresa tem conseguido uma política de contenção, muito importante especialmente para os primeiros.

7.1.1.2. Resultado Financeiro

Para a variação negativa do Resultado Financeiro (-19,34%) contribuiu o aumento dos Custos Financeiros associados ao endividamento da APA (juros suportados com o empréstimo APP e empréstimo BEI), em consequência do aumento das taxas de juro.

No entanto, contribui de forma decisiva para este resultado negativo o efeito decorrente do critério de repartição de responsabilidades do empréstimo APP (proporcional ao Volume de

Negócios dos portos). Em consequência do aumento do seu Volume de Negócios a empresa assumiu mais 267.192€ da responsabilidade, que influenciaram o Resultado Financeiro.

É posição da administração que este critério não premeia o mérito nem o desempenho da empresa, pelo que decidiu propor, mais uma vez, à APP a amortização total do empréstimo. Tal amortização veio a ser aprovada pela APP e em 16 de Janeiro de 2007 a APA liquidou, na íntegra, a sua responsabilidade. Esta decisão implica que a APA deixe de estar sujeita ao risco de assunção de responsabilidades, pelo que o efeito negativo de 2006 (267.192€) não voltará a suceder.

7.1.1.3. Resultado Extraordinário

O Resultado Extraordinário apresentou uma evolução positiva de 767 mil euros. Na base desta evolução, está a venda de um terreno na Barra, no valor de 2.835.000€, o que per fez uma mais-valia de 1.488.245€.

7.1.1.4. Impostos Diferidos

Apesar das expectativas de resultados fiscais futuros indicarem a realização do activo por impostos diferidos inicialmente registado em 2006, entende a empresa, em consonância com o acompanhamento efectuada, em ambos os exercícios, pelo Fiscal Único, que os acontecimentos inerentes a esta recuperação dependem, ainda, de factores externos.

Por outro lado, apesar da legislação fiscal permitir a recuperação de prejuízos fiscais nos seis exercícios seguintes ao seu apuramento, entendeu a administração, em 2005, por prudência, apenas considerar cinco anos.

Assim, tendo em consideração a expectativa positiva que a administração possui relativamente à resolução favorável dos factores externos; conhecendo que o período de recuperação legal se estenderá até 2008 e atendendo à mesma prudência adoptada para o exercício de 2005 entende-se, em conjunto com o Fiscal Único, proceder à reversão de parte do activo por impostos diferidos registado em 2006 (868.742€). Caso este registo não tivesse sido considerado em ambos os exercícios, os Resultados Líquidos seriam apurados em 66.194€ (2005) e em 109.533€ (2006), ambos positivos.

Note-se que tais regularizações não influenciam os Fluxos de Caixa nem a actividade operacional da empresa, decorrendo, em exclusivo das disposições da normalização contabilística.

7.1.2. Meios Libertos Líquidos

O decréscimo de 1.529 mil euros dos Meios Libertos Líquidos no exercício de 2006, decorre da quebra do Resultado Líquido e do Aumento dos Ajustamentos de Dívidas a Receber.

Valores em euros		
	2005	2006
Meios Libertos Líquidos	5.699.304	4.170.842
Resultado Líquido	1.400.700	-802.547
Amortizações	4.262.596	4.257.647
Provisões e Ajustamentos	36.008	715.742

7.1.3. Valor Acrescentado Bruto

O aumento do Valor Acrescentado Bruto no ano de 2006, decorre essencialmente do aumento verificado nas Provisões e Ajustamentos (+680 mil euros), dos Encargos Financeiros (+180 mil euros) e da diminuição do número de trabalhadores, conforme apresentado no quadro infra.

	2005	2006
VAB / N.º de Efectivos	70.270	71.985
N.º de Efectivos	124	122
VAB	8.713.470	8.782.115
Impostos	144.411	155.312
Custos com o Pessoal	5.226.229	5.160.017
Encargos Financeiros	472.135	651.774
Amortizações	4.262.596	4.257.647
Provisões e Ajustamentos	36.008	715.742
Resultado Operacional	-1.427.909	-2.158.377

7.2. Situação Financeira e Patrimonial

7.2.1. Imobilizado

O activo Imobilizado da APA, em 2006, apresentou um aumento pouco significativo (+0,37%), face ao ano de 2005.

Valores em euros		
	2005	2006
Imobilizado Bruto	322.011.928	328.683.682
Amortizações Acumuladas	30.698.217	34.815.830

Valores em euros		
	2005	2006
Imobilizado Líquido	291.313.711	293.867.852

Refira-se ainda que o aumento das Amortizações Acumuladas resulta da conclusão dos projectos de Investimento e respectiva entrada em funcionamento.

7.2.2. Indicadores Financeiros de Estrutura

No quadro seguinte são apresentados indicadores financeiros de estrutura nos anos de 2005 e 2006.

	2005	2006
Liquidez Geral	1,90	3,58
Autonomia Financeira	0,71	0,70
Cobertura do Imobilizado	0,81	0,81

A **Liquidez Geral** apresenta um acréscimo (1,68) face a 2005. Este aumento é justificado essencialmente pela diminuição do Passivo Circulante.

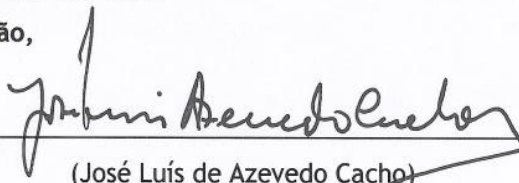
Relativamente à **Autonomia Financeira** e **Cobertura Imobilizado** os valores mantiveram-se idênticos.

8. PROPOSTA DE RESULTADOS

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, o **Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.** propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2006, apurado no montante de -802.547,41 euros seja totalmente transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Forte da Barra, 21 de Fevereiro de 2007

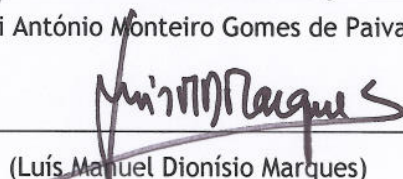
O Conselho de Administração,



(José Luís de Azevedo Cachó)



(Rui António Monteiro Gomes de Paiva)



(Luís Manuel Dionísio Marques)

Anexo ao Relatório de Gestão - Estatuto Remuneratório do Órgão de Direcção/Gestão/Administração, conforme ofício referência DIFE/GAF da Direcção Geral do Tesouro

(Incluem-se os elementos julgados indispensáveis ao cumprimento do disposto na RCM n.º
121/2005, de 1 de Agosto e da RCM n.º 155/2005, de 9 de Setembro)

Valores em euros, referentes ao ano de 2006			
	Eng. José Cacho	Eng. Rui Paiva	Dr. Luís Marques
Remuneração	76.516,04	64.342,22	64.342,22
Remuneração Base	58.858,52	51.181,34	51.181,34
Acumulação de funções de gestão	n/a		
Remuneração Complementar	n/a		
Despesas de Representação ¹	17.657,52	13.160,88	13.160,88
Prémios de Gestão	Não foram atribuídos prémios de Gestão aos administradores		
<u>Nota:</u> As remunerações supra discriminadas resultam da aplicação da deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações de APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. de 27 de Agosto de 2002.			
Outras regalias e compensações	54.101,75	46.861,46	45.135,21
Gastos de utilização de telefones	1.536,79	1.136,28	425,31
Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	47.367,70	40.256,58	40.256,58
Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	3.961,26	4.082,60	3.146,07
Subsídio de deslocação	0	0	0
Subsídio de refeição	1.236,00	1.386,00	1.307,25
Encargos com benefícios sociais	12.860,23	11.232,52	11.230,90
Segurança social obrigatório	12.535,96	10.907,55	10.905,93
Planos complementares de reforma	Não existem Planos Complementares de Reforma na Empresa		
Seguro de Saúde	324,97	324,97	324,97
Seguros de Vida	0	0	0
Informações Adicionais			
Opção pelo vencimento de origem (s/n)	Não		
Indicação do Regime de Segurança Social	Art. 13º do DL 199/99, de 8 de Junho		
Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005	Não existem Planos Complementares de Reforma na Empresa		
Ano de aquisição de viatura pela empresa	2005		
Exercício da opção de aquisição de viatura de serviço (s/n)	Não		
Usufruto de casa de função (s/n)	Não		
Exercício de funções remuneradas fora do grupo (s/n)	Não		

¹ As Despesas de Representação dizem respeito a 12 meses, conforme disposto no n.º 3 da RCM n.º 121/2005 de 1 de Agosto

APA - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO, S.A.



BALANÇO EM 31/12/2006

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO DAS CONTAS POC		EXERCÍCIOS				CÓDIGO DAS CONTAS POC		EXERCÍCIOS	
		2006		2005				2006	2005
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos Acum.	Activo Líquido	Activo Líquido				
	ACTIVO						CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
	IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:		
	BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO								
451	Terrenos e Recursos Naturais	69.147.215,21	0,00	69.147.215,21	69.147.215,21	51	Capital social	30.000.000,00	30.000.000,00
452	Edifícios e Outras Construções	168.693.337,20	23.191.301,76	145.502.035,44	148.303.998,13	57	Reservas	189.923.581,04	189.783.511,07
441	Imobilizações em Curso de Bens Domínio Público.....	57.576.808,32	0,00	57.576.808,32	46.788.642,74	59	Resultados transitados.....	-6.308.023,41	-7.568.653,16
448	Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	2.891.391,56		Subtotal	213.615.557,63	212.214.857,91
		295.417.360,73	23.191.301,76	272.226.058,97	267.131.247,64				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					88	Resultado líquido do período	-802.547,41	1.400.699,72
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	250.357,18	123.197,18	127.160,00	13.154,67		Total do Capital Próprio	212.813.010,22	213.615.557,63
444	Estados de Investigação e Desenvolvimento.....	568.096,25	0,00	568.096,25	554.996,25				
		818.453,43	123.197,18	695.256,25	568.150,92				
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						PASSIVO:		
421	Terrenos e Recursos Naturais	3.099.258,38	0,00	3.099.258,38	3.098.866,71				
422	Edifícios e Outras Construções	14.491.615,86	4.585.585,30	9.906.030,56	10.550.070,46		PROVISÕES:		
423	Equipamento Básico	7.315.838,69	4.415.523,97	2.900.314,72	3.416.321,80	291	Provisões para Pensões	228.917,17	616.067,78
424	Equipamento de Transporte	531.175,36	430.309,29	100.866,07	150.303,58	293	Outras provisões	759.813,10	759.813,10
425	Ferramentas e Utensílios	184.148,42	143.821,85	40.326,57	52.069,59			988.730,27	1.375.880,88
426	Equipamento Administrativo	1.196.358,78	816.519,89	379.838,89	245.308,80				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	1.219.506,84	1.109.570,28	109.936,56	147.510,45				
441/2/3	Imobilizações em Curso	679.371,12	0,00	679.371,12	876.512,46		DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:		
		28.717.273,45	11.501.330,58	17.215.942,87	18.536.963,85	2613	Fornecedores - Leasing	0,00	1.983,36
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					231	Empréstimos Bancários	22.500.000,00	22.283.376,06
414	Terrenos e Recursos Naturais	3.730.594,02	0,00	3.730.594,02	5.077.348,34			22.500.000,00	22.285.359,42
		3.730.594,02	0,00	3.730.594,02	5.077.348,34				
	CIRCULANTE:						DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					231	Empréstimos Bancários	386.773,10	253.708,44
211	Cientes c/c	1.888.509,44		1.888.509,44	2.231.188,38	269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	2.430.716,00	2.430.716,00	0,00	0,00	221	Fornecedores c/c	151.543,76	162.120,04
24	Estado e outros Entes Públicos	592.727,97		592.727,97	753.723,51	226	Cauções de Fornecedores	27.266,98	69.620,69
229/268	Outros Devedores	657.692,62		657.692,62	2.273.723,43	228	Facturas em recepção e conferência	258.478,22	1.389.608,30
		5.569.646,03	2.430.716,00	3.138.930,03	5.258.635,32	24	Estado e Outros Entes Públicos	166.811,42	164.886,69
	DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					2611	Fornecedores de Imobilizado, c/c	40.423,92	78.719,42
12/3/4	Depósitos Bancários	1.506.981,83		1.506.981,83	1.478.195,04	2613	Fornecedores - Leasing	1.778,63	8.601,34
11	Caixa	2.599,09		2.599,09	2.525,93	213/5/6/7/9/262/3/7/8	Outros Devedores e Credores	267.092,83	1.410.911,82
		1.509.580,92	0,00	1.509.580,92	1.480.720,97			1.300.168,86	3.538.176,74
27	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
271	Acréscimos de Proveitos	209.510,57		209.510,57	307.430,35	273	Acréscimos de Custos	672.362,09	590.582,17
272	Custos Diferidos	2.762.006,48		2.762.006,48	3.087.715,27	274	Proveitos Diferidos	63.636.033,30	61.333.822,06
276	Imposto Diferido Activo	422.424,63		422.424,63	1.291.166,24			64.308.395,39	61.924.404,23
		3.393.941,68		3.393.941,68	4.686.311,86		Total do Passivo	89.097.294,52	89.123.821,27
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		34.815.829,52						
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS		2.430.716,00						
	TOTAL DO ACTIVO	339.156.850,26	37.246.545,52	301.910.304,74	302.739.378,90		TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	301.910.304,74	302.739.378,90

Forte da Barra, 22 de Fevereiro de 2007

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

do período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2006 - DEZEMBRO		2005 - DEZEMBRO	
	CUSTOS E PERDAS				
62	Fornecimentos e serviços externos.....	2.070.566,50	2.070.566,50	1.780.406,57	1.780.406,57
64	Custos com o pessoal:				
641/2	Remunerações.....	3.959.198,02		3.967.475,65	
	Encargos sociais				
643/4	Pensões	398.537,65		558.257,21	
645/8	Outros	802.281,62	5.160.017,29	700.496,25	5.226.229,11
662/3/5	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	4.257.647,07		4.262.596,33	
666	Ajustamentos	706.243,03		26.509,87	
67	Provisões.....	9.497,64	4.973.387,74	9.497,64	4.298.603,84
63	Impostos.....	155.312,46		144.410,59	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	23.539,73	178.852,19	42.658,72	187.069,31
	(A)		12.382.823,72		11.492.308,83
68	Juros e custos similares.....	651.773,82	651.773,82	472.134,79	472.134,79
	(C)		13.034.597,54		11.964.443,62
69	Custos e perdas extraordinários.....		65.538,60		40.006,33
	(E)		13.100.136,14		12.004.449,95
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		874.232,89		-1.284.809,58
	(G)		13.974.369,03		10.719.640,37
88	Resultado líquido do exercício.....		-802.547,41		1.400.699,72
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas.....	0,00		0,00	
72	Prestações de serviços.....	8.846.127,94	8.846.127,94	7.696.232,48	7.696.232,48
	Variação de produção		0,00		0,00
73	Proveitos Suplementares	1.339.697,39		2.222.597,69	
74	Subsídios à Exploração	2.660,00		0,00	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	8.429,30		18.075,61	
77	Reversão de Amortizações e Ajustamentos	27.531,77	1.378.318,46	127.494,33	2.368.167,63
	(B)		10.224.446,40		10.064.400,11
78	Outros juros e proveitos similares.....	155.002,97	155.002,97	55.884,50	55.884,50
	(D)		10.379.449,37		10.120.284,61
79	Proveitos e ganhos extraordinários.....		2.792.372,25		2.000.055,48
	(F)		13.171.821,62		12.120.340,09

Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-2.158.377,32		-1.427.908,72
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		-496.770,85		-416.250,29
Resultados correntes: (D) - (C) =		-2.655.148,17		-1.844.159,01
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		71.685,48		115.890,14
Resultado líquido do período: (F) - (G) =		-802.547,41		1.400.699,72

Forte da Barra, 21 de Fevereiro de 2007

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes expressos em Euros)

	2006		2005	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes	9 489 999,93		9 378 175,22	
Pagamentos a fornecedores	2 246 495,62		1 448 298,30	
Pagamentos ao pessoal	5 092 223,67		5 146 385,74	
Fluxos gerados pelas operações	2 151 280,64		2 783 491,19	
Pagamento do imposto sobre rendimento	0,00		0,00	
Outros recebimentos e pagamentos relativos à actividade operacional	363 367,08		- 554 293,14	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	363 367,08		- 554 293,14	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	6 266,98		128 701,96	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	17 929,19		35 517,14	
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		2 502 985,52		2 322 382,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos respeitantes a:				
Subsídios	4 410 577,76		6 616 910,61	
Alienação de Imobilizado corpóreo	2 879 546,76		22 010,50	
Juros e proveitos e similares	155 002,97		73 145,82	
Reembolso de Adiantamentos e Empréstimos				
Recebimento de garantias				
Imposto sobre o rendimento		7 445 127,49		6 712 066,93
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações corpóreas	9 413 268,80		9 233 454,51	
Restituições de garantias	42 353,71			
Imobilizações incorpóreas	152 740,00		217 277,00	
Adiantamentos e Empréstimos		9 608 362,50		9 450 731,51
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		- 2 163 235,01		- 2 738 664,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	350 000,00	350 000,00	20 000 000,00	20 000 000,00
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	267 791,00		18 678 614,38	
Amortização de contratos de locação financeira	8 806,07		49 035,71	
Juros e custos similares	384 293,48	660 890,55	- 302 710,75	18 424 939,34
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		- 310 890,55		1 575 060,66
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		28 859,95		1 158 778,95
Caixa e equivalentes no início do período		1 480 720,97		321 942,02
Caixa e equivalentes no fim do período		1 509 580,92		1 480 720,97

Forte da Barra, 21 de Fevereiro de 2007

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Montantes expressos em euros)

	2006	2005
Vendas e prestações de serviços	8.846.127,94	7.696.232,48
Custo das vendas e das prestações de serviços	-9.176.014,70	-9.246.232,39
Resultados Brutos	-329.886,76	-1.549.999,91
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.384.585,44	3.112.847,83
Custos de Distribuição	-229.102,67	-191.465,18
Custos Administrativos	-1.706.579,58	-1.458.142,22
Outros custos e perdas operacionais	-65.538,60	0,00
Resultados Operacionais	-946.522,17	-86.759,48
Custo líquido de financiamento	-496.770,85	-416.250,29
Ganhos (perdas) em outros investimentos	1.514.978,50	15.604,47
Resultados Correntes	71.685,48	-487.405,30
Imposto sobre os resultados correntes	-874.232,89	-6.359,66
Resultados Correntes após impostos	-802.547,41	-493.764,96
Resultados Extraordinários	0,00	603.295,44
Imposto sobre os resultados extraordinários	0,00	1.291.166,24
Resultado líquido do exercício	-802.547,41	1.400.696,72
Resultado por acção	-0,13	0,23

Forte da Barra, 21 de Fevereiro de 2007

NOTA INTRODUTÓRIA

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (adiante designada por “APA”), foi constituída pelo Decreto-lei nº 339/98, de 3 de Novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APA passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da Empresa. A actuação da APA, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A APA, sucedeu assim automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afecto à APA, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afectos à actividade de pesca, serviços de primeira venda e actividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afectos à actividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A APA assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda a actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da APA:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- e) protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a APA pode conceder licenças para execução de obras directamente relacionadas com a sua actividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APA, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respectiva Direcção Regional do Ambiente.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 7.292.425,26 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 30.000.000,00 euros (ver Nota 36).

A Empresa tem sede em Ílhavo, no Edifício n.º 9 do Forte da Barra, Gafanha da Nazaré.

NOTA 1 - APLICAÇÃO DO POC NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto Lei nº 410/89 de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 238/91, de 2 de Julho e pelo Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As notas às contas respeitam a ordem e demais princípios estabelecidos pelo POC. As notas cuja numeração se encontra ausente deste Anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras anexas.

NOTA 2 – COMPARABILIDADE DAS CONTAS DO BALANÇO E DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício de 2005.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizado incorpóreo

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por Despesas de Investigação e Desenvolvimento e encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos e com base nas taxas permitidas pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90.

b) Imobilizado corpóreo (incluindo os Bens de Domínio Público)

A APA possui responsabilidades legais na gestão de bens do domínio público, contribuindo estes para o desenvolvimento dos objectivos sociais estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro.

Estes bens, maioritariamente constituídos por terrenos do domínio público marítimo, infra-estruturas portuárias (obras de regularização marginal, terminais portuários, porto de abrigo, docas, estaleiro e bens que se encontravam afectos às actividades de pesca à data da transformação em APA), são propriedade do Estado, incomerciáveis e encontram-se afectos aos serviços públicos sob a responsabilidade da APA e entidades concessionárias.

Os bens do domínio público são relevados no Balanço em conta própria, 45 – Bens do Domínio Público do Estado.

Os montantes brutos, amortizações do exercício e acumulados relativos a bens do domínio público encontram-se devidamente apresentados na Nota 10.

As imobilizações corpóreas (incluindo os bens de domínio público), integradas à data de constituição da Empresa (ver Introdução a este Anexo), foram subsequentemente registadas com base em avaliação patrimonial efectuada em 1999 por entidade independente. A

avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de Dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

As amortizações do imobilizado objecto de avaliação patrimonial, são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada:

- Edifícios e outras construções	10 a 50 anos;
- Equipamento básico	6 a 18 anos;
- Equipamento de transporte	3 a 6 anos;
- Ferramentas e utensílios	4 a 13 anos;
- Equipamento administrativos	3 a 8 anos;
- Outras imobilizações corpóreas	4 a 16 anos.

Os bens adquiridos posteriormente à data de constituição da Empresa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor e respectivas despesas de compra.

As amortizações relativas ao imobilizado adquirido pela APA, e registadas como Imobilizações Corpóreas são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da data de entrada em funcionamento do respectivo bem. As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens, as quais se enquadram nos limites previstos no Decreto Regulamentar nº 2/90.

As principais taxas de amortização são as seguintes:

- Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
- Equipamento básico	5 a 14 anos
- Equipamento de transporte	4 a 6 anos
- Ferramentas e utensílios	4 a 7 anos
- Equipamento administrativo	3 a 10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	4 a 20 anos

As reintegrações relativas ao imobilizado adquirido pela APA e registados como Imobilizações do Domínio Público do Estado são calculadas pelo método de quotas constantes, em regime duodecimal, de acordo com a Portaria 671/2000, de 17 de Abril:

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

- Edifícios e outras construções	20 a 80 anos
----------------------------------	--------------

As reparações que se estimam aumentar a vida útil dos bens que lhe estão subjacentes, são registadas em imobilizado corpóreo; as restantes são registadas em custos do exercício em que são efectuadas.

c) Bens adquiridos em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração

Os bens adquiridos em regime de locação financeira correspondem essencialmente a viaturas e encontram-se relevados na situação patrimonial da Empresa, sendo considerado como custo do exercício as respectivas amortizações (ver Nota 15).

d) Bens de áreas concessionadas

Os bens de áreas concessionadas foram alienados aos concessionários (essencialmente equipamento de movimentação horizontal) e consequentemente foram excluídos do Imobilizado corpóreo.

No que se refere às infra-estruturas onde o concessionário desenvolve as suas actividades, essencialmente constituídas por muros, cais e terraplenos, as mesmas encontram-se relevadas nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

Como contrapartida do uso dessas infra-estruturas, e conforme estipulado no contrato de concessão desses bens, a Empresa recebe uma renda (a valor presente) durante o período da concessão. Essas rendas encontram-se registadas na rubrica 72 – Prestação de Serviços.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros referem-se a imóveis disponíveis para venda e encontram-se valorizados ao valor da uma avaliação patrimonial reportada a 31 de Dezembro de 1998.

Sempre que qualquer dos investimentos financeiros tiver à data do balanço um valor de mercado ou de recuperação inferior ao registado na contabilidade, este é objecto da correspondente redução, por intermédio da conta 684 (Ajustamentos de aplicações financeiras), tendo como contrapartida a conta 49 (Ajustamentos de Investimentos financeiros).

f) Ajustamento de dívidas a receber

Os ajustamentos de dívidas a receber são calculados tendo por base os riscos previstos de cobranças no final de cada ano

g) Subsídios ao investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento de imobilizações, são contabilizados quando existe confirmação do valor a receber, sendo os mesmos diferidos em balanço (rubrica de Proveitos diferidos) e posteriormente reconhecidos como proveitos (extraordinários) ao longo da vida útil estimada dos bens que lhes estão subjacentes, em consonância com as correspondentes amortizações (ver Nota 46).

h) Reformas antecipadas

A APA é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas, aos trabalhadores que optaram pelo benefício previsto no Decreto-Lei nº 467/99, de 6 de Novembro. Este decreto refere que, desde que se verificassem determinadas condições até 31 de Dezembro de 2002, era permitida a reforma antecipada dos trabalhadores ligados aos institutos e demais entidades portuárias, que fossem subscritores da Caixa Geral de Aposentações. Esta

responsabilidade cessa quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 anos de serviço ou 70 anos de idade.

As responsabilidades, determinadas com base no valor da pensão actual multiplicada pelo número de anos em que esse benefício ainda vai vigorar (tendo por base as condições da sua cessação), encontram-se cobertas por uma provisão registada na rubrica de Provisões para pensões (ver Notas 31 e 34). Esta responsabilidade encontra-se registada ao seu valor nominal, por se considerar que qualquer ajustamento a efectuar decorrente do desconto destes valores não seria significativo.

i) Imposto sobre o rendimento

O encargo sobre o Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

A Empresa adopta, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 28, o conceito de contabilização de impostos diferidos (ver Nota 6).

j) Empréstimo da APP - reestruturação do sector portuário

A APA, foi solidariamente responsável, em conjunto com a APL, S.A., APSS, S.A., APS, S.A. e IPTM, pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP junto de um sindicato bancário em Julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94.

A partilha da referida responsabilidade foi determinada em função do peso relativo dos proveitos operacionais das entidades solidariamente envolvidas, sendo essa percentagem recalculada numa base anual. A taxa em vigor, a 31 de Dezembro de 2006, reportava-se aos dados do exercício de 2004.

A quota-parte da dívida imputada à APA encontra-se registada na rubrica de Empréstimos (curto e médio/longo prazo) - ver Nota 48, e os respectivos juros são registados na rubrica de Custos financeiros (ver Nota 45).

k) Especialização de exercícios

A APA regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou liquidadas, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

l) Passivos de carácter ambiental

A Empresa adopta como política contabilística para o reconhecimento dos passivos e dos dispêndios de carácter ambiental, os critérios consagrados pela directriz Contabilística nº 29, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística (ver Nota 49).

NOTA 6 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a uma taxa de 25%, acrescida da Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2001 a 2006 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais num período de 6 anos. Os prejuízos fiscais estimados até 31 de Dezembro de 2006, ainda não confirmados pelas autoridades fiscais, ascendem a 6.363 milhares de euros, e podem ser deduzidos aos lucros futuros tributáveis como segue:

(1.000 Euros)

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2002	3.720	2008
2003	1.548	2009
2004	307	2010
2005	535	2011
2006*	253	2012

* valor estimado

A Sociedade adopta a prática de contabilizar activos por impostos diferidos, de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 28 emitida pela Comissão da Normalização Contabilística. Assim, no exercício de 2005 foram registados activos por impostos diferidos, no montante de 1.291 milhares de euros considerando que os resultados previsionais e projecções de cash-flows para o período de 2006 – 2015, incluídos no orçamento de 2006, apontavam para lucros fiscais no futuro que possibilitariam a recuperação de grande parte dos prejuízos fiscais.

No entanto, pelo facto de alguns dos pressupostos utilizados na elaboração do mapa de resultados previsionais e projecções de cash-flows para o período de 2007 – 2016, incluídos no orçamento para 2007, se terem alterado face ao ano anterior, as mais recentes projecções apontam para que nos próximos anos não se gerem lucros fiscais que permitam absorver uma parte dos prejuízos fiscais considerados no cálculo do activo por impostos diferidos registado no exercício de 2005. Nas circunstâncias, durante o exercício de 2006 foram anulados activos por impostos diferidos no montante de cerca de 725 milhares de euros.

Assim, o imposto sobre o rendimento apurado no exercício, no montante de 874 milhares de euros, inclui o efeito do imposto diferido gerado pelas diferenças temporais abaixo referidas:

(1.000 Euros)

	Balço			Demonstra- ção dos Resultados
	Capitais Próprios Finais	Impostos Diferidos Activos	Impostos Diferidos Passivos	
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	-1.291	1.291	-	-
Movimentos no exercício				
Utilização da provisões para encargos com aposentações ao abrigo do Decreto-Lei 467/99. de 6 de Novembro 387 x 27,5%	106	-106		106
Anulação de activos por impostos diferidos - Prejuízos fiscais 2.407 x 27,5%	662	-662	-	662
Efeito da alteração da taxa de 27,5% para 25%	38	-38		38
Anulação de activos por impostos diferidos - provisões para encargos com aposentações ao abrigo do Decreto-Lei 467/99, de 6 de 229 x 27,5%	63	-63		63
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-422	422	-	869
Impostos correntes do exercício				5
Imposto sobre o rendimento do exercício				874

Por prudência, no cálculo do activo por imposto diferido sobre os prejuízos fiscais disponíveis, considerou-se que estes apenas poderiam ser deduzidos aos lucros futuros tributáveis nos cinco anos subsequentes.

NOTA 7 - VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 122 (2005: 124).

NOTA 8 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Ver Nota 10.

NOTA 10 – MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

O movimento ocorrido nas contas de imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quantias Brutas

<i>(1.000 Euros)</i>					
Rubricas	Saldo 31/12/2005	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo 31-12-2006
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	69 147	0	0	0	69 147
Edifícios e outras construções	168 694	0	0	0	168 694
Imobilizações em curso	46 788	7 898	0	2 891	57 577
Adiantamentos p/ conta de imobilizações	2 891	0	0	- 2 891	0
Total	287 520	7 898	0	0	295 418
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas investigação e desenvolvimento	101	0	0	150	250
Imobilizações em curso	555	170	0	- 157	568
Total	656	170	0	- 7	818
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	3 099	0	0	0	3 099
Edifícios e outras construções	14 522	6	72	36	14 492
Equipamento básico	7 321	0	5	0	7 316
Equipamento de transporte	605	0	74	0	531
Ferramentas e utensílios	183	1	0	0	184
Equipamento administrativo	947	51	6	205	1 196
Outras imobilizações corpóreas	1 205	15	0	0	1 219
Imobilizações em curso	877	60	0	- 257	680
Total	28 758	133	158	- 16	28 717
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Terrenos e recursos naturais	5 077	0	1 347	0	3 731
Total	5 077	0	1 347	0	3 731

Amortizações acumuladas

(1 000 Euros)

Rubricas	Saldo 31/12/2005	Reforço	Transferências e Abates	Saldo 31/12/2006
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:				
Edifícios e outras construções	20 389	2 802	0	23 191
Total	20 389	2 802	0	23 191
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	87	36	0	123
Total	87	36	0	123
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Edifícios e outras construções	3 972	670	- 56	4 586
Equipamento básico	3 905	516	- 5	4 416
Equipamento de transporte	455	48	- 73	430
Ferramentas e utensílios	131	13	0	144
Equipamento administrativo	701	121	- 6	816
Outras imobilizações corpóreas	1 057	52	0	1 109
Total	10 221	1 420	- 140	11 501

Valores líquidos

(1.000 Euros)

Rubricas	Saldo 31/12/2005	Aumentos	Amortizações Exercício	Abates Transf.	Saldo 31/12/2006
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	69 147	0	0	0	69 147
Edifícios e outras construções	148 304	0	2 802	0	145 502
Imobilizações em curso	46 788	7 898	0	2 891	57 577
Adiantamentos p/ conta de imobilizações	2 891	0	0	- 2 891	0
Total	267 131	7 898	2 802	0	272 227
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de investigação e desenvolvimento	13	0	36	150	127
Imobilizações em curso	555	170	0	- 157	568
Total	568	170	36	- 7	695
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	3 099	0	0	0	3 099
Edifícios e outras construções	10 550	6	614	- 36	9 906
Equipamento básico	3 416	0	511	- 5	2 900
Equipamento de transporte	151	0	- 25	- 75	101
Ferramentas e utensílios	52	1	13	0	40
Equipamento administrativo	245	51	115	198	379
Outras imobilizações corpóreas	147	15	52	0	110
Imobilizações em curso	877	60	0	- 257	680
Total	18 537	134	1 280	- 175	17 215
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Terrenos e recursos naturais	5 077	0	0	- 1 347	3 731
Total	5 077	0	0	- 1 347	3 731

NOTA 14 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMOBILIZADO

Na conta 44 - Imobilizações em curso, estão incluídas as obras ainda não concluídas e os bens que ainda não se encontram em funcionamento, os quais se apresentam:

(1 000 Euros)			
Ano	Conta	Descrição	Quantia
1999	441202	Terminal Especializado de Descarga de Pescado (PPL)	6.075
2000	441201	Projecto Via Cintura Portuária - 3ª. Fase	664
2000	441206	Terminal de Graneis Líquidos	17.822
2000	441207	Projecto Rodoviário Interno	217
2002	4441	Certificação ISO	33
2002	4443	Estudo Viabilidade Porto Seco de Salamanca	24
2003	4444	Plano de Pormenor da Zona do Terminal de Graneis Líquidos	59
2003	441203	Terminal de Graneis Sólidos	22.663
2004	4443	Estudo Viabilidade Melhoramento de Acesso Marítimo	75
2004	4443	Estudo de Concessões	308
2004	44301	Projecto POSI	137
2005	441101	Armazém do Porto de Pesca Longínqua	325
2005	4412103	Dragagem da Bacia de Manobras do Terminal de Graneis Sólidos	9.867
2005	4412104	Dragagem da Bacia de Manobras do Terminal de Graneis Líquidos	361
2005	4412105	Dragagem da Bacia de Manobras do Terminal Norte	29
2002/3/4/5/6	44	Outros	165
Total			58.824

NOTA 15 - BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2006, os bens utilizados em regime de locação financeira (ver Nota 3 c) eram os seguintes:

(1,000 Euros)				
Ano	Conta/Descrição	Valor	Amortizações	Valor
		Aquisição	Acumuladas	Líquido
2004	424 - Equipamento de Transporte	26	18	8
<i>Total</i>		<u>26</u>	<u>18</u>	<u>8</u>

NOTA 19 - VALORES DE MERCADO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2006, não haviam quaisquer diferenças entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

NOTA 21 - AJUSTAMENTOS DE VALOR NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Os ajustamentos de valor ocorridos no exercício nas rubricas do activo circulante analisam-se como segue: Ajustamentos.

(1.000 Euros)				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes de cobrança duvidosa	1.752	706	-28	2.430
	1.752	706	-28	2.430

NOTA 23 - DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2006 as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a 2.430.716,00 euros, contabilizados na conta 218 - Clientes de Cobrança Duvidosa, dos quais 1.600.020,71 euros se referem a dívidas de clientes em processo de cobrança coerciva por execução fiscal ou em processo de recuperação de empresas.

As dívidas de clientes de cobrança duvidosa encontram-se totalmente ajustadas.

NOTA 25 - DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RELATIVAS AO PESSOAL DA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2006 não existem dívidas ao pessoal.

Os saldos a pagar ao pessoal totalizam 481.438 de euros, e dizem essencialmente respeito a férias e subsídios de férias que se vencem para pagamento durante o ano de 2007 e estão evidenciados na rubrica do Passivo – acréscimos de custos (Ver Nota 48 b)).

NOTA 28 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

(1.000 Euros)

	Saldos Devedores		Saldos Credores	
	2006	2005	2006	2005
Imposto sobre o Valor Acrescentado	500	701	0	
Segurança Social	0	0	91	86
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	0	0	70	69
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	93	53	0	0
Restantes Impostos	0	0	6	11
	593	754	167	166

NOTA 29 - VALOR DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE 5 ANOS

O valor das dívidas a terceiros que vencem a mais de 5 anos é o seguinte:

(1.000 Euros)

Entidade	Capital total em dívida	Capital em dívida a + 5 anos
BEI - Banco Europeu de Investimentos	<u>20.000</u>	<u>15.625</u>
APP - Associação dos Portos de Portugal (Ver Nota 48 a))	<u>2.500</u>	<u>898</u>
	<u>22.500</u>	<u>16.523</u>

O empréstimo, no montante de 20.000.000 de euros, contraído junto do Banco Europeu de Investimento, teve por objectivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infra-estruturas do porto de Aveiro. O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor. O capital mutuado será amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Dezembro de 2008 e a última em 15 de Junho de 2029.

NOTA 31 - RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS POR REFORMAS ANTECIPADAS

Conforme referido na Nota 3 h), a responsabilidade pelo pagamento das pensões dos trabalhadores que requereram a aposentação ao abrigo do Artigo 2º do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro é da APA, cessando tal responsabilidade quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 de serviço ou 70 anos de idade.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a variação no valor das responsabilidades (determinada a custos nominais) ocorrida no exercício, bem como o valor da provisão em Balanço, analisa-se como segue:

	<i>(1.000 Euros)</i>
Responsabilidade em 31 de Dezembro de 2005	616
Pagamentos efectuados no exercício	-387
Variação no valor das responsabilidades	0
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2006	229
Provisão em Balanço (ver Nota 34)	229
Percentagem de cobertura da Provisão	100%

NOTA 34 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS CONTAS DE PROVISÕES

Explicitação dos movimentos ocorridos na conta de Provisões:

	<i>(1.000 Euros)</i>			
Rubrica	Saldo 31/12/2005	Aumento	Redução	Saldo 31/12/2006
291 - Provisões para pensões (ver Nota 31)	616	0	387	229
293 - Provisões pra processos judiciais em curso	760	0	0	760
Total	<u>1.376</u>	<u>0</u>	<u>387</u>	<u>989</u>

Na rubrica de Outras provisões para riscos e encargos está reconhecido o valor de 759.813,10 euros como forma de aprovisionar o possível efeito do recurso judicial interposto pela CPTP – Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, Lda., empresa responsável pela empreitada de Ampliação do Terminal Norte e que reclama aquele montante a título de trabalhos a mais. Apesar da APA, perspectivar que o processo venha a conhecer uma decisão favorável, atendendo ao princípio contabilístico da prudência foi constituída a referida provisão.

Esta provisão foi originalmente contabilizada por contrapartida da rubrica de “Custos diferidos – Custos Plurianuais”, sendo anualmente reconhecido como custo do exercício um montante equivalente à amortização dos trabalhos reclamados pelo empreiteiro. Assim, durante o exercício de 2006 foi reconhecido um custo, no montante de 9.497,64 euros, o qual se encontra evidenciado na rubrica de “Provisões” da Demonstração de Resultados.

NOTA 36 - DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de Novembro (ver Introdução a este Anexo), o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 7.292.425,26 euros.

Subsequentemente, o capital passou para 30.000.000,00 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efectuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social actual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 acções, com o valor nominal de 5,00 euros cada. As acções são nominativas e revestem a forma escritural.

NOTA 37 - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

O capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é de 30.000.000,00 euros e é detido exclusivamente pelo Estado Português - Direcção Geral do Tesouro.

NOTA 40 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

(1.000 Euros)

Rubricas do capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	30.000	0	0	30.000
Reservas legais	17	140	0	157
Reservas especiais	189.767	0	0	189.767
Resultados transitados	-7.569	1.261	0	-6.308
Resultado líquido				
de 2005	1.401	0	1.401	0
de 2006	0	-803	0	-803
	<u>213.616</u>	<u>598</u>	<u>1.401</u>	<u>212.813</u>

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuídas aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

As Reservas Especiais referem-se à contrapartida do lançamento nas rubricas do imobilizado resultante do processo de avaliação patrimonial registado durante o exercício de 1999.

A Assembleia Geral de vinte e nove de Março de dois mil e seis aprovou a proposta de aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido positivo do exercício de 2005, no montante de um milhão e quatrocentos mil e seiscentos e noventa e nove euros e setenta e dois cêntimos, ser transferido o valor de cento e quarenta mil e sessenta e nove euros e noventa e sete cêntimos para reservas legais e o valor

de um milhão duzentos e sessenta mil e seiscentos e vinte e nove euros e setenta e cinco cêntimos para resultados transitados.

NOTA 43 - REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações principais (incluindo encargos) atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foram as seguintes:

(1.000 Euros)

Corpos sociais	Remunerações 2006	Remunerações 2005
Conselho de Administração	211	242
Assembleia Geral	1	2
Fiscal Único	18	17
	230	261

NOTA 45 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

(1.000 Euros)

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
681 - Juros suportados	365	262	781 - Juros obtidos	153	53
688 - Outros custos e perdas financeiras	287	210	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	2	3
	652	472			
Resultados financeiros	-497	-416			
	155	56		155	56

NOTA 46 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

(1.000 Euros)

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
691 - Donativos	16	32	794 - Ganhos em imobilizações	1,515	16
692 - Dívidas incobráveis	47	0	796 - Redução de provisões	387	596
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	2	8	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	890	1,388
	66	40			
Resultados extraordinários	2,726	1,960			
	2,792	2,000		2,792	2,000

O valor dos “Ganhos em Imobilizações” inclui a mais valia contabilística, no valor de 1.488.245,68 euros, resultante da venda de terrenos da Barra. O valor dos “Outros proveitos e ganhos extraordinários” inclui um montante de 883.976 euros relativo à componente de subsídios recebidos transferidos no exercício para resultados, de acordo com a política referida na Nota 3 g).

NOTA 48 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

a) Empréstimo APP/2000

A ex. Junta Autónoma do Porto de Aveiro (JAPA) assumiu compromissos financeiros no licenciamento dos trabalhadores portuários, conjuntamente com todas as Administrações e Juntas Portuárias, através de um empréstimo obrigacionista de 10,5 milhões de contos contraído em 1994 pela APAJP – Associação Portuguesa das Administrações e Juntas Portuárias e determinado pelo Despacho n.º 21/94/SEAP. Estes compromissos transitaram para a APA, S.A., tendo sido integralmente liquidados no 3.º trimestre de 2000. Na mesma

data foi contraído um empréstimo bancário (APP/2000) de igual montante de responsabilidade da APA, S.A..

O montante da responsabilidade e os juros suportados são calculados ao longo dos anos em função do nível de proveitos operacionais de cada entidade participante no empréstimo e corrigidos, no final de cada semestre, em função dos proveitos operacionais reais, os quais determinarão o nível de comparticipação para o semestre seguinte.

Em consequência deste critério de repartição, nos exercícios de 2006 e 2005, a APA registou:

<i>(1 000 Euros)</i>		
Rúbricas	2006	2005
Juros suportados - Empréstimos bancários - APP/2000	91	50
Outros custos e perdas financeiras - Ajustamentos de empréstimos - APP/	<u>267</u>	<u>169</u>
	<u>358</u>	<u>219</u>

As responsabilidades apresentadas em passivos decorrentes do empréstimo estão registadas do seguinte modo:

- Dívidas a Terceiros de Curto Prazo – 36.773,10 euros
- Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo – 2.500.000,00

Em 17 de Janeiro de 2007 a Empresa procedeu ao reembolso total deste empréstimo, tendo contraído um novo empréstimo junto do Banco BPI e Banco Comercial Português, SA, no montante global de 2.500.000 euros, com as seguintes características:

Taxa de Juro: Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125 ao ano

Pagamento de Juros: semestrais e postecipados

Reembolso: dezanove (19) prestações semestrais constantes e sucessivas, de capital e juros, vencendo-se a primeira dezanove meses (19) após a assinatura do contrato

Resultante deste processo, a APP continua com um contrato de financiamento (residual) no montante de 2.700.000,00 euros, relativo à responsabilidade do IPTM (portos secundários) no processo atrás referido. A APA, em conjunto com a APDL, APL, APSS e APS, continua responsável (fiadora) solidária por tal montante.

b) Acréscimos e Diferimentos

Rubricas	(1.000 Euros)			
	2006		2005	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
2712 - Concessões	112	0	130	0
2719 - Outros acréscimos de proveitos	<u>147</u>	<u>0</u>	<u>77</u>	<u>0</u>
	<u>259</u>	<u>0</u>	<u>207</u>	<u>0</u>
2721- Seguros antecipados	60	0	48	0
2722 - Custos plurianuais	0	736	9	737
2723 - Desassoreamento	303	1.515	303	1.817
2725 - Materias Diversos em Armazém	<u>148</u>	<u>0</u>	<u>174</u>	<u>0</u>
	<u>511</u>	<u>2.251</u>	<u>534</u>	<u>2.554</u>
2732 - Remunerações e encargos	481	0	503	0
2733 - Juros a liquidar (empréstimos)	158	0	53	0
2734 a 2739 - Outros acréscimos de cust	<u>33</u>	<u>0</u>	<u>35</u>	<u>0</u>
	<u>672</u>	<u>0</u>	<u>591</u>	<u>0</u>
2741 - Comparticipação em pontes cais	10	92	10	102
2745 - Subsídios para investimentos	1.234	62.299	745	60.477
	<u>1.244</u>	<u>62.391</u>	<u>755</u>	<u>60.579</u>
2761 - Activos por Impostos Diferidos	0	422	1.291	422
	<u>0</u>	<u>422</u>	<u>1.291</u>	<u>422</u>

c) Subsídios ao Investimento

(1.000 Euros)

	Data de Conclusão do Projecto	Valor Recebido/ a Receber	Transferência para Proveitos até 2005	Transferência para Proveitos em 2006	A transferir
Desassoreamento da Ria de Aveiro	Jan-98	3.831	2.043	255	1.533
Recondicionamento do Molhe Central e Su	Jun-01	1.540	135	19	1.385
Recondicionamento do Triângulo Corrente	Mar-02	1.830	131	23	1.677
Reperfilamento TQ/PL	Fev-01	690	65	9	617
Ampliação do Terminal Norte	Jul-04	9.399	216	144	9.038
Construção do Terminal RO-RO	Jul-04	8.433	193	130	8.109
Aveiro Digital	Várias	137	0	34	103
Construção do Porto de Abrigo	Várias	1.210	0	113	1.098
Adiantamento	Em curso	1.957	0	0	1.957
Dragagem Terminal Graneis Sólidos	Em curso	1.429	0	0	1.429
Terminal de Graneis Líquidos	Em curso	8.328	0	0	8.328
Terminal Graneis Sólidos	Em curso	21.189	0	0	21.189
Terminal Especializado Descarga de Pesca	Em curso	3.668	0	0	3.668
Outros		3.662	0	157	3505
		67.303	2.783	884	63.636

NOTA 49 - INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental, tais como gestão de resíduos e exploração de ETARs, reconhecidos como um custo nos resultados do exercício de 2006 ascendem a cerca de 78 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2006 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou

contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

NOTA 50 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

a) Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciada na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções.

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística nº 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim, em 31 de Dezembro de 2006, o valor dos custos e perdas extraordinários apresentados na demonstração dos resultados por naturezas, no montante de 65.538,60 euros, foram reclassificados para a rubrica de outros custos e perdas operacionais e os proveitos e ganhos extraordinários apresentados na demonstração dos resultados por naturezas, no montante 2.792.372,25 euros, foram reclassificados para a rubrica de resultados operacionais (1.200.743 euros), para a rubrica de ganhos em outros investimentos (1.514.979 euros) e para a rubrica de outros proveitos e ganhos operacionais (6.267 euros). Estas reclassificações proporcionam as seguintes diferenças nas diversas naturezas de resultados:

(1.000 Euros)

	Demonstração Resultados 2006			Demonstração Resultados 2005		
	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções
Resultados Operacionais	-2.158	1.212	-947	-1.428	-122	-1.550
Resultados Financeiros	-497	0	-497	416	-832	-416
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0	1.515	1.515	0	16	16
Resultados Correntes	-2.655	2.727	72	-1.844	1.357	-487
Resultados Extraordinários	2.727	-2.727	0	1.960	-1.357	603
Resultado Líquido Exercício	-803	0	-803	1.401	0	1.401

Adicionalmente, o movimento ocorrido no exercício de 2006 em impostos diferidos encontra-se evidenciado na rubrica de resultados correntes do exercício, enquanto que no exercício de 2006 este ficou evidenciado na rubrica de imposto sobre os resultados extraordinários.

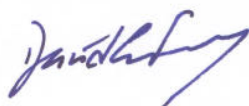
NOTA 51 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Componentes de caixa e seus equivalentes

	<i>(1.000) Euros</i>	
	31-12-2006	31-12-2005
Numerário	2.599,09	2.525,93
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.494.053,01	1.465.266,22
Outras disponibilidades:		
Depósitos de garantia	<u>12.928,82</u>	<u>12.928,82</u>
	<u>1.509.580,92</u>	<u>1.480.720,97</u>

Forte da Barra, 21 de Fevereiro de 2007

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração

